



SME GRAMADO-RS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRAMADO - RIO GRANDE DO SUL

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Geral e Legislação da Educação
- ▶ Fundamentos da Educação
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL 01/2025



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SME GRAMADO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
GRAMADO - RIO GRANDE DO SUL - RS

Professor de Educação
Infantil

EDITAL 01/2025

CÓD: SL-142DZ-25
7908433289036

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos: Assunto.....	9
2. Estruturação do texto	12
3. Ideias principais e secundárias; Relação entre as ideias.....	12
4. Efeitos de sentido; Figuras de linguagem.....	16
5. Recursos de argumentação.....	20
6. Informações implícitas: pressupostos e subentendidos; Coesão e coerência textuais.....	28
7. Léxico: Significação de palavras e expressões no texto; Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	29
8. Substituição de palavras e de expressões no texto.....	33
9. Aspectos linguísticos: Relações morfossintáticas Estrutura e formação de palavras; Vozes verbais e sua conversão.....	35
10. Ortografia (emprego de letras e acentuação gráfica, sistema oficial vigente).....	38
11. Relações entre fonemas e grafias	41
12. Flexões e emprego de classes gramaticais.....	43
13. Concordância nominal e verbal	45
14. Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase).....	47
15. Pontuação (regras e implicações de sentido)	50
16. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos.....	55

Legislação Geral e Legislação da Educação

1. Lei Orgânica do Município (todos os artigos).....	63
2. Regime Jurídico dos Servidores do Município - Lei Municipal nº 2.912/2011 (todos os artigos)	82
3. C.Constituição Federal de 1988: Artigos 1º ao 6º, 18, 19, 29, 29-A, 30, 31, 37 ao 41 e 44 ao 47	103
4. Lei Federal nº 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa	120
5. E.Legislação da Educação: Base Nacional Comum Curricular - BNCC	129
6. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)	166
7. Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).....	170
8. Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	190
9. Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência).....	229
10. Lei Federal nº 10.639/2003 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana).....	248
11. Lei Federal 13.722/2018 (Torna obrigatória a Capacitação em Noções Básicas de Primeiros Socorros de Professores e Funcionários de Estabelecimentos de Ensino Públicos e Privados de Educação Básica e de Estabelecimentos de Recreação Infantil)	248

Fundamentos da Educação

1. Pensadores da educação	253
2. História da educação.....	254
3. Elementos da prática pedagógica: planejamento escolar e de aula, currículo, regimento, metodologias de ensino, projetos, avaliação, formação docente, técnicas didáticas	261
4. Teorias do conhecimento e da aprendizagem em suas diferentes abordagens e concepções pedagógicas	262

5. Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade.....	268
6. Projeto político-pedagógico e proposta pedagógica da escola.....	269
7. Gestão democrática	271
8. Tipos de conhecimento.....	277
9. Os estágios do desenvolvimento cognitivo.....	277
10. Competências e capacidades.....	279
11. Inteligências Múltiplas	280
12. O lúdico na educação.....	287
13. Educação inclusiva	295
14. Dificuldades e transtornos de aprendizagem	301
15. Recursos tecnológicos e educação.....	306
16. Metodologias ativas.....	309
17. Obras: “Currículo: a atividade humana como princípio educativo”, “Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico” e “Avaliação: Concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar”, de Celso dos Santos Vasconcelos	310
18. “Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão”, de Isabel Alarcão.....	310
19. “Educação: um tesouro a descobrir”, de Jacques Delors.....	311
20. “Política e educação: ensaios”, de Paulo Freire	323
21. “Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível”, de Ilma Passos Alencastro Veiga.....	324

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Infantil

1. Base Nacional Comum Curricular - BNCC	331
2. Documento Orientador do Território de Gramado (DOTG) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.....	331
3. O cotidiano na creche/escola: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais.....	332
4. História da Educação Infantil	336
5. Concepções de criança, infância e Educação Infantil.....	344
6. A organização dos tempos, dos espaços e dos materiais na Educação Infantil	347
7. Fundamentos da Educação Infantil: Cuidados e primeiras aprendizagens	349
8. Fazeres na educação infantil	349
9. Currículo na Educação Infantil	350
10. Projetos na Educação Infantil.....	354
11. Avaliação na Educação Infantil.....	354
12. Currículo: como organizar e o que ensinar	357
13. Inclusão escolar	369
14. Família e instituição: Infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem	374
15. O cuidar e o educar.....	375
16. O brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro	378
17. Conceitos: movimento, tempo, cultura, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente.....	378
18. Jogos, brinquedos e brincadeiras na educação infantil: Recreação	380
19. Comportamento Infantil	381

ÍNDICE

20. Identidade e autonomia	382
21. Psicomotricidade	383
22. Blocos lógicos.....	385
23. Brincadeiras e jogos	385
24. Práticas artísticas na Educação Infantil	385
25. Desenho Infantil.....	386
26. Literatura Infantil, principais livros de literatura infantil.....	387
27. A arte e a musicalidade na Educação Infantil.....	388
28. Movimento e corporeidade na Educação Infantil.....	390
29. Conteúdos e Métodos da Educação Infantil: Alfabetização	397
30. Matemática na educação infantil.....	399
31. Política Nacional de Alfabetização	407
32. Articulação da escola com a sociedade contemporânea	408
33. Aprendizagem como processo de construção do conhecimento	408
34. O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem	409
35. A proposta pedagógica realizada com o coletivo da escola	409
36. A prática docente e as necessidades da educação atual	409
37. Interação professor/aluno: o papel de cada um	410
38. Alfabetização e letramento na educação infantil.....	410
39. Documentação Pedagógica.....	411
40. Tendências e Concepções pedagógicas.....	415
41. Projeto Político Pedagógico	417
42. Estudo do desenvolvimento e aprendizagem, com ênfase na infância	417
43. A constituição do currículo como campo de estudos: diferentes teorias/concepções de currículo. Currículo e conhecimento escolar.....	417
44. Cultura escolar e currículo. Currículo e culturas: identidade e diferença. Relações de gênero, sexualidade e étnico-raciais no currículo.....	417
45. Políticas curriculares no âmbito nacional, estadual e local.....	418
46. Materiais didáticos na efetivação do currículo	419
47. Estudo das teorias basilares da educação e seus desdobramentos contemporâneos. Disputas entre antigos e modernos.....	421
48. Formação humana entre indivíduo e sociedade.....	422
49. Educação: igualdade e liberdade	423
50. Pensamento pedagógico brasileiro.....	425
51. O histórico da didática e o processo de escolarização	426
52. A constituição da didática nas práticas de ensino no contexto da escolarização brasileira.....	430
53. As diversas funções da docência: o ensino, a organização da aula e da escola, as atividades coletivas e a relação com o contexto social	431
54. O conhecimento escolar e a prática pedagógica	433

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS: ASSUNTO

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

LEGISLAÇÃO GERAL E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (TODOS OS ARTIGOS)

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GRAMADO - RS

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de GRAMADO, parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, organiza-se autônomo, em tudo que respeite a seu peculiar interesse, regendo-se por esta Lei Orgânica e demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º É mantido o atual território do Município, cujos limites só podem ser alterados nos termos da legislação estadual.

Art. 3º O território do Município poderá ser dividido em distritos e subdistritos, criados, organizados e suprimidos por lei municipal, observada a legislação estadual, o plebiscito e o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 4º Os símbolos do Município são a bandeira, o brasão, o hino, a ave "Papagaio Charão" e a flor "Hortênsia". (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2017)

Art. 5º A autonomia do Município se expressa:

I - pela eleição direta dos Vereadores que compõem o Poder Legislativo Municipal;

II - pela eleição direta do Prefeito e do Vice-Prefeito que compõem o Poder Executivo Municipal;

III - pela administração própria, no que respeite a seu peculiar interesse.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 6º Compete ao Município no exercício de sua autonomia:

I - organizar-se administrativamente, observadas as legislações federal e estadual;

II - elaborar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

III - administrar seus bens, adquiri-los e aliená-los, aceitar doações, legados, heranças e dispor de sua aplicação;

IV - desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em lei;

V - conceder e permitir os serviços públicos locais e os que lhe sejam concernentes;

VI - organizar os quadros e estabelecer o regime de trabalho de seus servidores públicos do Município, das autarquias e fundações públicas, observados os princípios da Constituição Federal e desta Lei Orgânica Municipal;

VII - manter e atualizar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor de Desenvolvimento Rural do Município;

VIII - estabelecer normas de prevenção e controle de ruído, da poluição do meio ambiente, do espaço aéreo e das águas;

IX - regular e conceder, permitir ou autorizar o serviço de transporte coletivo, de táxi e de serviço de carona remunerada gerenciada pelo uso de aplicativo;

X - regulamentar a utilização dos logradouros públicos, sinalizar as faixas de rolamento e as zonas de silêncio;

XI - disciplinar os serviços de carga, descarga e a fixação de tonelage máxima permitida;

XII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços e do interesse público;

XIII - regulamentar a fiscalização, a instalação e funcionamento dos elevadores;

XIV - disciplinar a limpeza dos logradouros públicos, a canalização e o tratamento de água e de esgoto, a remoção de resíduos domiciliar, industrial, hospitalar, verde e da construção civil, e dispor sobre a prevenção de incêndio;

XV - licenciar estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e outros, e cassar os alvarás de licença dos que sejam danosos à saúde, à higiene, ao meio ambiente, ao bem-estar público e aos bons costumes;

XVI - fixar feriados municipais;

XVII - legislar sobre o serviço funerário e cemitérios, fiscalizando os que pertencem a entidades particulares;

XVIII - interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e determinar a demolição de construções que ameacem a segurança coletiva;

XIX - regulamentar a fixação de cartazes, anúncios, placas publicitárias, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda;

XX - regulamentar e fiscalizar as competições esportivas, os espetáculos e os divertimentos públicos;

XXI - legislar sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bens apreendidos;

XXII - legislar sobre serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, luz, energia elétrica e todos os demais serviços de caráter e uso coletivo;

XXIII - criar Conselhos Municipais;

XXIV - legislar sobre assuntos de interesse local;

XXV - regulamentar e fiscalizar o comércio de ambulantes, priorizando os bens produzidos no Município;

XXVI - controlar os vazios urbanos com aplicação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, progressivo;

XXVII - instalar equipamentos de reciclagem e compostagem de resíduos domiciliares, dentro de padrões ecológicos de preservação ambiental de experiência e técnicas comprovadas;

XXVIII - regulamentar o transporte de cargas tóxicas no território municipal;

XXIX - promover a arborização urbana, segundo critérios científicos, privilegiando espécies nativas. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2017)

Art. 7º O Município poderá celebrar convênios com a União, o Estado e outros Municípios para a realização de obras ou serviços públicos de interesse comum, observado o disposto em lei. (NR)

Parágrafo único. Assinado o convênio, será dado ciência do mesmo à Câmara Municipal. (NR)

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado.

§ 3º Revogado.

Art. 8º É de competência comum do Município, com a União e com o Estado:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - zelar pela saúde, higiene, segurança e assistência pública;

III - promover o ensino, a educação, a cultura, a tecnologia e a ciência;

IV - estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito;

V - estimular o melhor aproveitamento da terra, bem como as defesas contra as formas da exaustão do solo;

VI - fomentar a produção agropecuária, o turismo e demais atividades econômicas, inclusive as artesanais, e organizar o abastecimento alimentar;

VII - abrir e conservar estradas e caminhos, e determinar a execução de serviços públicos;

VIII - promover a defesa sanitária vegetal e animal, e o combate a insetos e animais daninhos;

IX - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos, paleontológicos, e os prédios históricos;

X - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização das obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico, cultural e ambiental;

XI - amparar a maternidade, a infância, os idosos, as pessoas com deficiência, os carentes, coordenando e orientando o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde, ambos do Município;

XII - estimular a educação e a prática desportiva;

XIII - proteger a criança, o adolescente e o jovem de toda a exploração, bem como contra os fatores que possam conduzi-los ao abandono físico, moral e intelectual;

XIV - tomar as medidas necessárias para restringir a mortalidade neonatal, infantil e materna, e a morbidez neonatal e infantil;

XV - tomar medidas que impeçam a propagação de doenças transmissíveis, endemias e epidemias;

XVI - incentivar, promover programas e eventos turísticos; dentro dos limites municipais e em conjunto com municípios da região;

XVII - incentivar o comércio, a indústria, a agricultura e outras atividades que visem ao desenvolvimento econômico e turístico;

XVIII - fiscalizar a produção, a conservação, o comércio e o transporte de gêneros alimentícios destinados ao abastecimento público;

XIX - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XX - promover o Serviço Municipal de Proteção ao Consumidor que deverá ser integrado ao Sistema Estadual de Proteção ao Consumidor, mediante convênio com o Estado e de acordo com a lei;

XXI - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

XXII - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XXIII - fiscalizar as atividades de pesquisas genéticas e de reprodução em seres humanos e a comercialização de produtos de contracepção;

XXIV - regulamentar e exercer outras atribuições não vedadas pelas Constituições Federal e Estadual.

Parágrafo único. O exercício das competências definidas neste artigo, observados os critérios e as condições estabelecidas em lei federal, poderão ser exercidas pelo Município, mediante parcerias com organizações da sociedade civil. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2017)

Art. 9º Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

a) ser progressivo em razão do valor do imóvel;

b) ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e uso do imóvel;

II - Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título por ato oneroso:

a) de bens imóveis por natureza ou acessão física;

b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

c) cessão de direitos à aquisição de imóveis;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal, definidos em lei complementar;

IV - taxas:

a) em razão do exercício do poder de polícia;

b) para utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição;

V - contribuição de melhoria, decorrente de obra pública;

VI - contribuição de iluminação pública.

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º As taxas não poderão ter bases de cálculo própria de impostos.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III, cabe à lei complementar:

I - fixar as suas alíquotas mínimas e máximas;

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2017)

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

PENSADORES DA EDUCAÇÃO

Os pensadores da educação são figuras importantes que contribuíram significativamente para o desenvolvimento e a evolução das teorias e práticas educacionais ao longo da história. Suas ideias e concepções influenciaram a forma como entendemos o processo de ensino e aprendizagem e ajudaram a moldar o campo da educação como o conhecemos hoje.

Esses pensadores oferecem uma ampla gama de perspectivas sobre a educação e seu papel na sociedade. Suas ideias continuam a inspirar educadores, pesquisadores e ativistas em todo o mundo, estimulando debates e reflexões sobre como criar ambientes de aprendizagem mais justos, inclusivos e transformadores.

Abaixo, destacarei alguns dos pensadores mais influentes da educação e suas contribuições:

Platão (427-347 a.C.)

Platão, discípulo de Sócrates, fundou a Academia em Atenas, considerada a primeira instituição de ensino superior do mundo ocidental. Em suas obras, como "A República" e "Menon", Platão abordou questões fundamentais sobre a natureza da educação e a formação de cidadãos virtuosos. Ele defendia a ideia de que a educação deveria ser voltada para a busca da verdade e do conhecimento, visando ao desenvolvimento integral do indivíduo.

Aristóteles (384-322 a.C.)

Discípulo de Platão, Aristóteles também teve uma profunda influência na educação ocidental. Em sua obra "Ética a Nicômaco" e em "Política", ele discute sobre a formação do caráter e a importância da educação para o desenvolvimento moral e intelectual dos indivíduos. Aristóteles defendia uma abordagem equilibrada da educação, que combinasse o desenvolvimento intelectual, moral e físico.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Rousseau foi um filósofo e escritor suíço-francês cujas ideias influenciaram profundamente a pedagogia moderna. Em sua obra mais famosa, "Emílio, ou Da Educação", Rousseau propôs uma abordagem educacional baseada na natureza e no desenvolvimento natural da criança. Ele enfatizava a importância de respeitar os interesses e necessidades individuais da criança, promovendo a autonomia e a liberdade de pensamento.

Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827)

Pestalozzi foi um educador suíço conhecido por sua abordagem humanista e centrada na criança. Em suas obras, como "Como Gertrudes Ensina Seus Filhos" e "Leonardo e

baseada na observação e na experiência direta. Ele enfatizava a necessidade de adaptar o ensino às habilidades e interesses individuais de cada criança.

Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852)

Froebel foi um educador alemão conhecido como o fundador do jardim de infância. Ele desenvolveu uma abordagem educacional centrada na importância do jogo e da atividade criativa na aprendizagem infantil. Seu método enfatizava o papel do educador como um facilitador do desenvolvimento natural da criança, proporcionando um ambiente rico em estímulos e oportunidades de aprendizagem.

John Dewey (1859-1952)

Dewey foi um filósofo e educador americano cujas ideias tiveram um impacto profundo na pedagogia moderna. Em obras como "Democracia e Educação" e "Experiência e Educação", Dewey defendia uma abordagem pragmática e experimental da educação, baseada na aprendizagem pela experiência e na resolução de problemas reais. Ele via a escola como uma comunidade democrática onde os alunos poderiam aprender a pensar criticamente e a se engajar ativamente na sociedade.

Maria Montessori (1870-1952)

Montessori foi uma médica e educadora italiana conhecida por seu método educacional inovador, que enfatizava o respeito pelo desenvolvimento natural da criança. Seu método, baseado na observação cuidadosa das necessidades e interesses individuais das crianças, enfatizava o ambiente preparado e o uso de materiais didáticos específicos para promover a autonomia, a concentração e o aprendizado ativo.

Lev Vygotsky (1896-1934)

Vygotsky foi um psicólogo e educador russo cujas teorias sobre o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem social tiveram um impacto significativo na pedagogia. Ele desenvolveu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que destaca a importância da interação social e da colaboração na promoção do aprendizado. Vygotsky também enfatizou o papel do ambiente sociocultural na formação do pensamento e da linguagem das crianças.

Paulo Freire (1921-1997)

Freire foi um educador brasileiro conhecido por sua abordagem crítica e libertadora da educação. Em obras como "Pedagogia do Oprimido" e "Educação como Prática da Liberdade", ele defendia uma pedagogia centrada na conscientização e na capacitação dos alunos para a transformação social. Freire enfatizava a importância do diálogo, da problematização e da ação coletiva na promoção da justiça social e da igualdade.

Howard Gardner (nascido em 1943)

Gardner é um psicólogo americano conhecido por sua teoria das inteligências múltiplas. Em seu livro “Frames of Mind”, ele propôs a existência de diferentes tipos de inteligência, como linguística, lógico-matemática, musical, espacial, interpessoal e intrapessoal. Sua teoria desafia a ideia tradicional de inteligência como uma habilidade única e destacou a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de talentos e habilidades dos alunos.

Ivan Illich (1926-2002)

Illich foi um filósofo e crítico social austro-mexicano conhecido por sua crítica às instituições tradicionais de ensino. Em obras como “Deschooling Society”, ele argumentava que o sistema educacional moderno era opressivo e alienante, limitando o potencial de aprendizagem dos indivíduos e perpetuando desigualdades sociais. Illich defendia a desescolarização e a promoção de formas alternativas de aprendizagem autônoma e comunitária.

Jerome Bruner (1915-2016)

Bruner foi um psicólogo americano cujas contribuições para a psicologia cognitiva e a educação tiveram um impacto significativo no campo da aprendizagem. Ele propôs a teoria da “aprendizagem por descoberta”, que enfatiza o papel ativo do aluno na construção do conhecimento através da exploração, da experimentação e da resolução de problemas. Bruner também desenvolveu a teoria da “espiral curricular”, que sugere que os conceitos devem ser apresentados de forma gradual e em diferentes contextos para facilitar a compreensão dos alunos.

Carl Rogers (1902-1987)

Rogers foi um psicólogo americano conhecido por sua abordagem humanista da psicoterapia e da educação. Ele desenvolveu a teoria da “aprendizagem experiencial”, que enfatiza a importância da autoexploração, da autoaceitação e do crescimento pessoal na aprendizagem. Rogers acreditava que os educadores deveriam criar um ambiente de aprendizagem positivo e empático, no qual os alunos se sintam seguros para expressar seus pensamentos, sentimentos e experiências.

Michel Foucault (1926-1984)

Foucault foi um filósofo francês cujo trabalho sobre o poder, o conhecimento e a disciplina teve um impacto profundo na teoria educacional e nos estudos críticos. Em obras como “Vigiar e Punir” e “Microfísica do Poder”, Foucault examinou as instituições sociais, como a escola e a prisão, e como elas exercem controle sobre os indivíduos. Suas ideias desafiaram as concepções tradicionais de autoridade e hierarquia na educação, destacando a importância de questionar as estruturas de poder existentes.

Nel Noddings (nascida em 1929)

Noddings é uma educadora americana conhecida por sua abordagem ética e cuidadosa da educação. Em sua obra “Caring: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education”, ela argumenta que o cuidado e a compaixão devem ser fundamentais para a prática educacional. Noddings enfatiza a importância de desenvolver relacionamentos significativos entre alunos e professores, nos quais o cuidado mútuo e o respeito são cultivados.

Bell Hooks (nascida em 1952)

Hooks é uma autora, ativista e educadora americana conhecida por sua crítica ao racismo, sexismo e outras formas de opressão na sociedade e na educação. Em obras como “Ensinando para a Transgressão” e “Feminismo é para Todo Mundo”, ela defende uma abordagem crítica e inclusiva da educação, que reconheça e valorize as diversas identidades e experiências dos alunos. Hooks também enfatiza a importância de promover a justiça social e a transformação pessoal e coletiva através da educação.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

► Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

▪ **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas edubbas, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

▪ **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Legislação Geral e Legislação da Educação. Bons estudos!

DOCUMENTO ORIENTADOR DO TERRITÓRIO DE GRAMADO (DOTG) PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

O QUE É O DOTG E QUAL SEU PAPEL NA REDE MUNICIPAL DE GRAMADO

O Documento Orientador do Território de Gramado (DOTG) é uma referência pedagógica oficial elaborada pela Secretaria Municipal de Educação de Gramado, em parceria com professores, gestores e especialistas da rede, com o objetivo de nortear as práticas curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, à luz da BNCC, mas respeitando as especificidades culturais, sociais e geográficas do município.

Sua função principal é servir como um currículo municipal orientador, garantindo coesão pedagógica entre as unidades escolares, autonomia docente contextualizada e continuidade entre as etapas da educação básica. O DOTG busca alinhar o trabalho pedagógico aos valores e identidade territorial de Gramado, valorizando suas tradições, diversidade, sustentabilidade e compromisso com a formação integral do estudante.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CURRICULAR: BNCC, LDB E A AUTONOMIA LOCAL

O DOTG se fundamenta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para o Ensino Fundamental e em 2018 para a Educação Infantil, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que assegura aos sistemas de ensino a prerrogativa de complementar a BNCC com conteúdos e abordagens locais.

Assim, o município de Gramado exerceu sua autonomia curricular, prevista na legislação educacional, para elaborar um documento que, ao mesmo tempo em que assegura os direitos de aprendizagem definidos nacionalmente, promove o pertencimento e a valorização do território local. Essa construção coletiva atende ainda às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) e ao Ensino Fundamental (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), e integra-se ao Plano Municipal de Educação (PME).

O DOTG cumpre, portanto, o papel de instrumento de planejamento, formação docente e gestão pedagógica, assegurando a qualidade social da educação municipal e sua consonância com os princípios da equidade, inclusão e pluralidade.

PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DO DOTG: CRIANÇA, SUJEITO E TERRITÓRIO

O DOTG parte de uma concepção de educação que reconhece a criança como sujeito de direitos, ativa, criativa e protagonista de seu processo de aprendizagem. Na Educação Infantil, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estão organizados com base nos campos de experiências propostos pela BNCC, mas com forte ênfase no contexto local: a natureza, a cultura, os valores e as relações do território de Gramado.

No Ensino Fundamental, o documento orienta práticas que articulem os componentes curriculares com temas locais relevantes, como o cuidado com o meio ambiente, a valorização da identidade gramadense, a participação cidadã e o turismo sustentável. Além disso, enfatiza o respeito à diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e religiosa, assegurando um currículo antidiscriminatório.

Entre os princípios norteadores do DOTG, destacam-se:

- Humanização da prática pedagógica;
- Respeito aos tempos e ritmos da infância;
- Valorização do brincar, da experiência e da escuta;
- Territorialização do currículo como forma de fortalecer o vínculo escola-comunidade.

Esses princípios materializam-se no planejamento, nas propostas didáticas e nos projetos desenvolvidos nas escolas da rede.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: EIXOS ESTRUTURANTES, COMPETÊNCIAS E ÁREAS DO CONHECIMENTO

O DOTG organiza o currículo em consonância com a BNCC, estruturando-se a partir de:

- **Educação Infantil:** com base nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se) e nos cinco campos de experiências;
- **Ensino Fundamental:** organizado por áreas do conhecimento e componentes curriculares, com foco no desenvolvimento das dez competências gerais da BNCC, articuladas a

Além disso, o DOTG incorpora temas contemporâneos transversais, como:

- Sustentabilidade e meio ambiente (considerando a geografia e a fauna/flora local);
- Educação patrimonial e cultural;
- Direitos humanos e educação antirracista;
- Cidadania, ética e empatia;
- Saúde, bem-estar e segurança.

A abordagem por projetos e a interdisciplinaridade são incentivadas como formas de integrar conhecimentos e promover aprendizagens significativas. O documento também oferece orientações para a avaliação formativa, o planejamento colaborativo e o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.

A FUNÇÃO FORMATIVA E ORIENTADORA DO DOTG PARA PROFESSORES E ESCOLAS

Mais do que uma diretriz curricular, o DOTG é um instrumento formativo. Ele foi construído com base em uma ampla escuta da rede municipal e visa ser um material de apoio contínuo para os professores no planejamento, na seleção de metodologias, na escolha de materiais didáticos e na construção de práticas reflexivas.

O DOTG propõe uma formação docente situada, com base nas experiências reais da escola e do território. Ele estimula o uso da escuta pedagógica, do registro reflexivo e do portfólio, sobretudo na Educação Infantil, como formas de acompanhamento do processo de aprendizagem.

Além disso, o documento enfatiza a importância do trabalho coletivo, da gestão democrática e da construção participativa do Projeto Político-Pedagógico (PPP), assegurando coerência entre os princípios curriculares e as práticas cotidianas.

Ao valorizar o território, o DOTG convida os profissionais da educação a olhar para Gramado como espaço educativo ampliado, com sua cultura, memória, natureza e diversidade servindo de base para o processo formativo.

Prezado(a), o documento indicado no edital não foi disponibilizada a editora. Indicamos contato com a organizadora para ter acesso ao material e caso tenhamos uma atualização nesse sentido, a apostila será retificada!

Bons estudos!

O COTIDIANO NA CRECHE/ESCOLA: ESPAÇO, ROTINA, AFETIVIDADE, ALIMENTAÇÃO, HIGIENE, CUIDADOS ESSENCIAIS

e diversas dimensões se entrelaçam para promover o desenvolvimento integral dos alunos. A escola vai além de ser apenas um espaço de ensino formal; ela representa um ambiente de convivência, socialização e aprendizado de valores. Aspectos como a organização do espaço, a definição de uma rotina, as relações afetivas, a alimentação, a higiene e outros cuidados essenciais são fundamentais para garantir não apenas o sucesso acadêmico, mas também o bem-estar físico e emocional das crianças.

Ao considerar cada um desses elementos, a escola pode se tornar um espaço inclusivo e acolhedor, favorecendo o aprendizado e a formação integral dos indivíduos. Neste sentido, compreender e valorizar o cotidiano escolar é essencial para a criação de políticas e práticas educativas que atendam às necessidades dos alunos em sua totalidade, promovendo o desenvolvimento harmonioso e preparando-os para os desafios da vida em sociedade.

O ESPAÇO ESCOLAR COMO AMBIENTE DE APRENDIZAGEM

O espaço escolar exerce uma influência significativa no processo de ensino-aprendizagem, indo além da simples disposição física das salas de aula e áreas de convivência. A forma como o ambiente é organizado, decorado e utilizado reflete a visão pedagógica da instituição e tem impacto direto na interação social, no comportamento e no aprendizado dos alunos.

Quando bem planejado, o espaço escolar se transforma em um ambiente estimulante e inclusivo, que acolhe a diversidade e favorece a construção do conhecimento.

► Organização física e simbólica

A organização física do espaço escolar envolve a disposição dos móveis, o uso adequado das áreas comuns e a criação de ambientes que favoreçam diferentes formas de aprendizagem. Um ambiente bem estruturado permite a circulação, facilita a interação entre os alunos e estimula a autonomia. Por exemplo, a disposição de carteiras em círculo ou em grupos promove a troca de ideias e a colaboração, enquanto carteiras enfileiradas tendem a estimular um modelo mais tradicional e individualista de ensino.

Além da organização física, há uma dimensão simbólica no espaço escolar que influencia a forma como os alunos se relacionam com ele. Elementos como cores, materiais, símbolos e decoração contribuem para a criação de um clima acolhedor e propício ao aprendizado. O uso de murais com produções dos alunos, por exemplo, pode fortalecer a autoestima e o sentimento de pertencimento à comunidade escolar.

► Impacto do ambiente na interação e no aprendizado

O ambiente escolar também afeta diretamente a forma como os alunos interagem entre si e com os professores. Ambientes amplos, com espaços destinados à leitura, à socialização e ao lazer, permitem que as crianças explorem suas habilidades de forma mais livre e espontânea. Salas de aula organizadas de maneira flexível e com recursos visuais e táteis, como quadros interativos, jogos pedagógicos e materiais diversificados, tendem a estimular a curiosidade e o engajamento dos alunos.

Pesquisas indicam que ambientes acolhedores, limpos e bem cuidados também promovem um maior bem-estar emocional, o que influencia positivamente o desempenho acadêmico. Um ambiente estressante ou desorganizado pode gerar dispersão e aumentar o comportamento disruptivo, enquanto um ambiente agradável estimula a concentração e a motivação para aprender.

► Espaços externos e sua relevância

Os espaços externos, como pátios, quadras e jardins, são igualmente importantes para o desenvolvimento das crianças. Eles oferecem oportunidades para atividades físicas, brincadeiras



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!